

vencer o Presidente Agostinho Neto a aceitar o convite que lhe dirigia para conversações. Portanto, segundo me confidenciou, não há de parte do Zaire uma posição de antagonismo a qualquer dos três Movimentos. Ele inclusive observou-me que no princípio da guerra em Angola, também apoiou o MPLA, e que só deixou de o apoiar quando em determinado momento, este Movimento lhe exigiu que expulsasse a FNLA, exigência que se recusou a aceitar. Resumindo, ele continua, segundo me afirmou por mais de uma vez, com uma grande vontade de colaborar com a UNITA, MPLA e FNLA, no sentido de haver uma paz estável e a construção dum país livre em Angola.

EXPRESSO: Considera-se mais do que nunca preocupado com a situação em Angola? Tendo ainda em linha de conta que actualmente desempenha o cargo de embaixador honorário, dependendo directamente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sentir-se-á porventura mais afectado com tudo o que diga respeito àquele território?

V. A.: Creio bem que a situação em Angola preocupa muito todos os portugueses, não me preocupando a mim em particular... Estamos face a uma dificuldade de entendimento entre os três Movimentos, haverá, pois, forças por detrás deles?

EXPRESSO: Na sua opinião, há ou não há?

V. A.: Não tenho dados concretos para poder afirmar isso, como não os tenho para afirmar o contrário. Esses desentendimentos infelizmente estão-se a traduzir em choques muito frequentes cujas consequências recaem sobretudo sobre a população, duma forma geral. Num segundo ponto que me parece grave a todos os títulos, estes choques têm grande incidência sobre o estado psicológico da população branca existente em Angola, que face às condições de segurança, começa a pensar, e a agir, no sentido de se vir embora. É evidente que essa saída para Portugal constitui mais um problema, e não há dúvida de que o temos que encarar de frente, tentar por todos os meios resolvê-lo, por que é um problema nosso. Creio também, que em última análise, será um problema maior para Angola a falta destes quadros que agora abandonam o país, e de todas as pessoas, que poderiam e quereriam ajudar à construção daquele país que Angola tem capacidade para vir a ser.

EXPRESSO: O Governo português, daquilo que lhe é possível dizer, a si, na sua qualidade de embaixador itinerante e membro do Conselho da

Revolução, critica de alguma forma, algum dos Movimentos de Libertação?

V. A.: O Governo português critica todos os Movimentos, de acordo com as iniciativas tomadas. E, tanto assim é, que o último comunicado até são criticados dois deles: O MPLA e a FNLA, pelas injunctivas militares tomadas.

Dentro do espírito de neutralidade com que o Governo português pretende conduzir a descolonização de Angola, o Governo critica e critica sempre abertamente o movimento porventura responsável por aquilo que esteja a passar em determinado momento, não fazendo todavia críticas específicas a A. B. ou C. Tanto mais que, volto a repetir, assisto ao acordo amigável de Alvor, porém isto é parer dai jermo tratado todos da mesma forma. Assim como acusará qualquer deles quando algum dos três, for responsável por qualquer coisa contra os acordos estabelecidos.

EXPRESSO: Para além da gravidade que constitui o êxodo de população branca para o nosso país, como é que acha que o processo de descolonização de Angola, se não correr pela melhor maneira pode vir a ter implicações no processo de democratização em curso, actualmente levado a cabo no nosso país?

V. A.: A principal consequência está indubitavelmente no aliar, por assim dizer inesperado, duma determinada massa laboral para a qual os postos de trabalho não estão criados; nos estamos com a sabe a braços com o desemprego, e esse creio será o principal problema que se levantará ao processo, e que para mim é o pior de todos. Penso também, por outro lado, que hoje já não poderá ser posto em causa a nossa descolonização. Ninguém tem o direito de duvidar da sua honestidade, isto é algo que já está ultrapassado. Poderão quando muito aparecer algumas vozes desgarradas, mas não passar disso, nem haverá reflexos internacionais, e refira-se também que não fazemos descolonização apenas em Angola, mas sim em vários lugares do mundo. M. A.

Realizado em 2 de Junho em a presença de vários ministros e membros do Gabinete, a Comissão de Inquirição...

Em 1968, a Comissão de Inquirição do Gabinete de Ministros...

Recrutamento da Imprensa em discussão esta semana

Em 1968, a Comissão de Inquirição do Gabinete de Ministros...

Assembleia da Comissão Coordenadora do MFA reúnem em Moçambique

DEBORAIS 12 de Moçambique, onde a Comissão Coordenadora...

TAP aumenta ligações com Angola e Moçambique

A TAP vai estabelecer um novo serviço de linhas directas...

MEIC sofre novo revés no IST

Um relatório oficial do Conselho do IST, apresentado...

Divulgação de relatório secreto sobre Portugal provoca condenação do director de "Il Mundo"

Um relatório secreto sobre Portugal, divulgado pelo director...

Conselho da Revolução repensa a revolução

NA REUNIÃO da Comissão de Inquirição do Gabinete de Ministros...

Resolução final do Conselho da Revolução

Um documento de 10 páginas...

O caso "República": Adiantamento para segunda-feira

UMA ADMINISTRAÇÃO para entregar e assumir...

CTT e TLP (Lisboa) podem entrar em greve

UMA ADMINISTRAÇÃO para entregar e assumir...



Primeira discussão conjunta sobre Os Conselhos Revolucionários

Medidas a curto prazo para a indústria

Espanha: Atras para Franco impõe

Um crédito de David Cooper sobre Portugal

Angola: conseguir-se-á um único Exército?

LINDAIA, 6 de Junho de 1975. O Conselho da Revolução...

PLA, MPLA e UNITA, três grupos de luta que se disputam...

De facto existem os meios necessários para a criação...

Assembleia Constituinte: Regimento aclara posições

NA REUNIÃO de COSTES de 11 de Junho, a Assembleia Constituinte...

Açores: demissão do Governador gera crise

UMA COMISSÃO de inquirição do Conselho da Revolução...



TISSONIC um relógio electrónico TISSOT



TISSOT o relógio que conquistou

Governo intervém em diversas empresas

Reunido ontem em S. Bento com a presença de vários ministros e secretários de Estado, o Conselho de Ministros decidiu a criação da empresa pública "Rodoviária Nacional" que, como o EXPRESSO noticiou há quinze dias, se destina a explorar os transportes públicos rodoviários de passageiros e mercadorias das empresas que se prevê venham a ser nacionalizadas, e de todas quantas no futuro lhe venham a ser cometidas.

Para além disso, foi decidida a nomeação do eng. Moura Vicente como administrador parte do Estado na Setenave, e a intervenção nesta empresa, na Lisnave e nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, nomeando nestes três casos oficiais de marinha como delegados do Governo. O Entrepósito Industrial de Automóveis, a Companhia Portuguesa de Peucas e a empresa Martins & Rebelo foram também alvo de intervenção estatal através da nomeação de administrador por parte do Estado e de comissões administrativas, respectivamente.

A Comissão do Horário de Trabalho Nacional passará a funcionar no âmbito do ministério do Trabalho, competindo-lhe formular, no prazo de três meses, propostas que conduzam ao estabelecimento do horário de trabalho nacional, dar parecer sobre os pedidos de alteração de horário e preparar medidas legislativas relativas ao trabalho extraordinário.

Foram concedidos à indústria de bordados da Madeira dois subsídios no total de 50.000 contos. O primeiro de 20.000 contos será pago em mensalidades de 500 escudos a car' s baldadora do sector pela respectiva instituição de Pr...ença. Os restantes 30.000 contos serão concedidos pelo Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, com o objectivo de fomentar a constituição de cooperativas e a reorganização da actividade.

Reestruturação da Imprensa em discussão esta semana

FOI HOJE ultimado o relatório referente à reestruturação da imprensa, realizado pelo relator do grupo de trabalho que disso foi encarregado pelo Conselho de Informação. Esse relatório que se sabe conter medidas tendentes a resolver não só a crónica situação deficitária da maioria da grande imprensa, como a macrocefalia de Lisboa e Porto onde se concentram a grande maioria dos jornais de grande tiragem, deverá ser discutido pelo Conselho de Informação na próxima semana, depois do que se espera que sejam tomadas medidas concretas.

Contactado o major Aventino Teixeira, membro do grupo que estudou a situação da imprensa, informou-nos que, no que lhe dizia respeito, apenas apresentara um relatório sobre a situação económico-financeira das empresas jornalísticas, o qual servirá de base para as restantes decisões de conjunto que virão a ser tomadas.

Assembleia da Comissão Coordenadora do MFA reuniu em Moçambique

DECORRERAM em Moçambique, desde a passada quinta-feira até hoje, os trabalhos da última assembleia da comissão coordenadora do Movimento das Forças Armadas que foram presididos pelo contra-almirante Vítor Crespo.

Participaram o general Pinho Freire e major Tomé, do M. F. A., em Portugal que chegaram a Moçambique, logo após o encerramento dos trabalhos da Assembleia das Forças Armadas portuguesas.

No decorrer da assembleia foi feita a análise do processo de desvinculação de Moçambique, tendo sido versados os pontos: análise histórica, actividade das Forças Armadas após o Acordo de Lusaka, comissão militar mista, Movimento das Forças Armadas, Comissão Coordenadora e Comissões Regionais de Nacala, Beira e Lourenço Marques, relações futuras Moçambique-Portugal.

No final desta reunião do M. F. A. que incluiu viagens a Beira e Nacala onde se efectuaram plenários semelhantes ao efectuado em Lourenço Marques, teve lugar um debate sobre os assuntos discutidos.

TAP aumenta ligações com Angola e Moçambique

A TAP está a intensificar os esforços materiais para corresponder às necessidades que o aumento de procura de lugares de Angola e Moçambique para Lisboa tem vindo a determinar, especialmente no que se refere às passagens de Luanda. (Ver pág. 6).

O surto de violência que nos últimos dias se registou naquele território agravou ainda mais as dificuldades com que a empresa se debate, tendo sido determinado um esquema que já foi iniciado em Maio e se prolonga até Setembro. Assim, alguns aviões de longo curso foram desviados para este serviço, voando em regime de desdobramentos, fretamentos e ligações com outras companhias.

Entre 24 de Maio e 26 de Junho realizam-se, entre Luanda e Lisboa, 5 voos de «Boeing» 747 e 4 voos de «Boeing» 707, com mais 18 voos dos «707» até Setembro.

Entre 26 de Maio e 18 de Junho, os fretamentos de Luanda programaram 3 voos «747» e mais 10 voos «707».

No que respeita a Moçambique, dos aeroportos da Beira e Lourenço Marques para Lisboa, num período semelhante, têm lugar 10 ligações «747» e mais 13 ligações «707» da capital moçambicana, e ainda 3 voos «747» e mais um voo «707» da Beira.

Acrescente-se que a lotação de cada aeronave é de 370 passageiros para o «Boeing» 747 e 168 para o modelo 707.

MEIC sofre novo revés no IST

EM REUNIÃO Geral de Docentes do IST de antontem foi aprovado o início de aulas do Departamento de Matemática, cujos professores — em largo número — se recusavam a dar aulas do primeiro ano. Esta deliberação corresponde a mais uma derrota da posição apoiada pelo MEIC.

Divulgação de relatório secreto sobre Portugal provoca condenação do director de "Il Mondo"

FOI ONTEM condenado por um tribunal romano a dois anos e dez dias de prisão e meio milhão de liras de indemnização o director de «Il Mondo» por ter publicado em Novembro de 74 um relatório «ultra-secreto» do embaixador italiano em Lisboa sobre a situação portuguesa. Do conteúdo desse documento deu EXPRESSO oportunamente conta em primeira mão. Recordamos que ele falava, em tom alarmista, da lenta destruição dos centros vitais do País.

Renato Ghiotto é reconhecido culpado dos delitos de difamação na pessoa do embaixador Messeri, desvio de notícias de interesse público, revelação de documentos de divulgação proibida. Perante a decisão do tribunal romano, toda a imprensa se ergue em veemente protesto, exigindo a revisão da legislação que permite tal desfecho. O embaixador Messeri fez uma declaração à imprensa, no final do julgamento, regretando-se com o resultado e denunciando as «ignominiosas especulações» que vivavam «turvar» as relações entre Itália e Portugal que, ao longo de um quadriénio de opacitante trabalho, tinha conseguido colocar num quadro de fervorosa e amigável colaboração.

Angola: conseguir-se-á um único Exército?

LUANDA — A dois dias da cimeira de Nairobi, depois de testada na prática a ineficiência dos acordos de Alvor que, em si mesmos, como então sublinhámos, albergavam os germeiros da própria destruição. FNLA, MPLA e UNITA vão sentar-se à mesa das negociações à procura de um entendimento que restabeleça um pouco de calma nesta Angola onde matar seis homens a tiro num qualquer bairro, numa qualquer noite de recolher obrigatório, já não constitui notícia de jornal.

Mortos são aos milhares nestes últimos incidentes e na morgue a exalar cheiro pestilento, os corpos — dizia-me um médico — empilhavam-se como sacos de farinha, constituindo preocupação grande das autoridades responsáveis o enterro dos cadáveres.

Os médicos exigem entretanto que as delegações dos movimentos mandem retirar das imediações do hospital de São Paulo, sob pena de deixarem Luanda privada de assistência médica, com excepção das urgências. E que no fogo cruzado, as balas, rockets ou morteiros, entrem por ali a dentro sem pedir licença. «Não acredito que seja intencional», dizia o mesmo médico, «mas o que é certo nós não temos segurança, como ainda há dias aconteceu. Os doentes fugiam para debaixo das camas e dos corredores». Estes médicos que lutam à mingua de pessoal, com as urgências a funcionarem 24 horas por dia, apenas contam com quatro anestesistas.

O ponto quente e fulcral desta cimeira é a constituição de um único exército com forças dos três movimentos a so-



tuarem sob um único comando, passando eles, na prática, ao estatuto de partidos políticos, e a luta, da ponta das espingardas para o terreno de confrontação ideológica. Um único exército que, juntamente com as forças da polícia, seja capaz de fazer respeitar as ordens emanadas do governo. De um governo de coligação. O que acontece actualmente mais não é do que um rastilho de massacre numa terra onde a vida do indivíduo passa a valer tanto como a de coelho de caça.

Imagine o leitor que o PC, PS, PFD e MDP possuam cada qual o seu exército regular com quadros bem treinados, e o MPA comprometido em observar a neutralidade activa. As resoluções tomadas a nível governamental passavam depois pelos secretariados políticos de cada um dos partidos, cada qual com a consciência

Continua pag. 16

Savimbi, o dialogador e pacificador

Continuação da p. 1

de que tinha as armas e que tinha a possibilidade de vencer o outro.

É um pouco o que acontece em Angola, onde o governo não governa. Uma nação com três exércitos regulares, e um outro para assegurar a neutralidade. Tudo isto numa conjuntura em que se procura formar uma consciência nacional.

Os movimentos partem para a cimeira desconfiados, depois das maratonas do presidente da UNITA, Jonas Savimbi, o dialogador por excelência, o pacificador da paz-ausência-de-tiros.

É o homem em quem hoje apostam, melhor, a quem hoje se agarram muitos brancos, mesmo muitos daqueles que antes do 25 de Abril aderiam romanticamente ao MPLA, e parece-me não andar muito longe da verdade se disser que alguns dos aderentes do grupo «revolta activa» acabaram por cair nos braços de Savimbi.

Na Cimeira estão presentes Holden Roberto, Agostinho Neto e Jonas Savimbi, sobre os quais se farão sentir, sem dúvida, os bons ofícios das nações vizinhas e amigas, preocupadas com a carnificina que já começou e se antevê nesta zona de África.

O presidente Mobutu, do Zaire, enviou uma mensagem pessoal através do seu cônsul,

em Angola, ao Dr. Agostinho Neto, tendo sido recebido pelo Primeiro Ministro do colégio presidencial, Lopo do Nascimento, que convidou a visitar Kinshasa, convite que foi aceite.

A guerra, embora não total, está em maré de pausa mas o receio de um rebentamento com toda a violência anda no ar enquanto as corridas aos barcos e aviões por parte dos brancos é enorme. O porto está em greve e os próprios pretos começam a querer refugiar-se nas suas terras de origem.

Ainda ante-ontem deparamos em frente do palácio do Governo com multidão de Bailundos (do Sul, da zona de Savimbi) que pediam transportes para regressarem às suas terras. Em alguns cartazes podia ler-se: «Nós não massacrámos. Luanda, não é Angola!».

Ali perto, uma família de brancos acampou em pleno jardim com o seu camião e alguns tarecos, o pouco que lhe restou das arremetidas que a atingiram. Duzentos mil brancos querem para já abandonar Angola, revelou-me alguém bem dentro dos problemas. Querem-na abandonar como acto de desespero para salvar as próprias vidas.

Sintoma de outra ordem, porém, é o facto de também anteontem uma coluna de camionetas, cerca de setenta, deixou a região de Malanje rumando

para Sá da Bandeira. Malanje ficou parcialmente destruída devido aos intensos combates entre o MPLA e a FNLA, certamente no intuito de aquele impedir a progressão desta mais para baixo. Os brancos estão a escolher Portugal, Brasil, África do Sul e Galão como países onde pretendem refazer as suas vidas. Ainda por aqui estão cerca de 500 mil e mais de 5 milhões de pretos.

Há quem tema uma balcanização de Angola. Há quem fale no Vietname, há quem avenge a hipótese de uma quarta força e há pouca gente que acredite na paz em termos imediatos.

Conseguir-se-á o único exército e depois o desarme dos restantes, bem como da população? Dizer que Angola é um paiol não é figura de retórica, afirmou-nos um oficial que depois da constituição de um numeroso exército regular bem armado, ainda é necessário lançar 175 mil armas ao mar. O problema é que as armas em Angola não defendem apenas áreas de domínio de líderes ou movimentos. As armas estão ao serviço de concepções de vida e vidas vão sendo imoladas com essa finalidade, a maioria das quais sem o perceberem, tendo apenas entrado no jogo inconscientemente só pelo facto de nele haverem sido enredados como já outrora o foram no colonialismo.

COPCON versus

Das prisões em massa à utilização dos meios de Informação

A TRANSCRIÇÃO, levada a cabo pelo COPCON em comunicado recente, de passagens de um livro sobre grupos ditos «querendistas» publicado há cerca de um ano pelo licenciado em Medicina e membro do PCP José Manuel Jara, suscitou críticas de militantes e simpatizantes do MRPP, organização visada.

Prisões não raro levadas a cabo por elementos do PCP, como já sucedera no decurso da campanha eleitoral (mais de 200 simpatizantes do MRPP, sócios da Associação de Amizade Portugal-China, redactores, colaboradores e amigos da revista «O Tempo e o Modo» e estudantes de Direito apontados da Direcção Provincial da Associação de Direito passaram pelas cadeias entre 18 de Março e 25 de Abril últimos), tornaram a registar-se, se bem que desta vez o então brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho ainda não tenha denunciado tais procedimentos como o fizera poucos dias antes de deflagrar do «caso República».

Por outro lado, a Associação das Famílias dos Antifascistas Presos (AFAP) tem vindo a desmentir afirmações do COPCON segundo as quais os tiros disparados por militares recarregados de dispersar concentrações de parentes dos detidos têm tido o cizur único sivo. Com efeito, os comunicados da AFAP relativos ao sirtete que teve lugar nas imediações de Caxias no passado sábado anunciam pelo menos um ferido em estado grave — confirmado por clínicos do Hospital de S. José, 2 horas depois dos incidentes, ao repórter do EXPRESSO — devido à perfuração provocada pela bala que entrou e saiu do pescoço de um homem que, ao dar entrada no estabelecimento hospitalar citado, se recusou a fornecer qualquer identificação, atitude sistematicamente assumida por simpatizantes do MRPP, como é aliás do conhecimento público. A explosão de granadas de gás lacrimogéneo provocou inrustações de estilhaços e queimaduras em mulheres que se manifestavam frente a Caxias, facto que leva a crer — ainda segundo alguns membros da AFAP — que o COPCON terá utilizado um tipo de armas antimassa proibidas por regulamentos internacionais em vigor, já lavacados pela esquerda francesa face a granadas do mesmo tipo utilizadas na repressão de manifestação em Paris, durante Maio de 1968.

Dende Gabriel Garcia Marquez até aos representantes da Amnistia Internacional e de ligas dos Direitos do Homem de vários países, muitas individualidades e organizações se têm mostrado atentas ao desenvolver dos acontecimentos referidos, para além de se preocuparem com o regime prisional e o período — indefinido, segundo rezam leis militares antigas e o COPCON realfirmou — de prisão preventiva para os militantes, simpatizantes e meros curiosos capturados no decurso da operação levada a cabo por forças militares no noite do passado dia 28 de Maio e subseqüentes ao sivo militar.

É de notar que a data do assalto às sedes e delegações do MRPP tem sido sublinhada por comunicados daquele Movimento como politicamente significativa.

A IMPRENSA internacional — no início espantada com a prova de força de 28 de Maio — foca a articulação dos recentes acontecimentos com a proibição de o MRPP concorrer às eleições (ambas atitudes somadas a inimizade do PCP para com a organização moista) e com o facto de, entre os detidos, se encontrarem bastantes operários e até responsáveis sindicais.

A informação do nosso País — em que, por exemplo, ordens de serviço internas do Rádio Clube Português proibiram a mera citação da sigla MRPP — é mais cuidadosa e, se bem que o pendor para a análise não abunde, segundo o próprio titular do MCS, nos seus órgãos (sobretudo nos nacionalizados por interposta Banca), o certo é que alguns — poucos — jornais diários ou regionais se têm debruçado sobre o que agora sucedeu ao MRPP: entre estes, o "JORNAL NOVO" chegou à, pela pena do seu Director, noticiar um pedido de fotografias de militantes do MRPP que foi feito pelo COPCON à redacção daquele vespertino, para além de denunciar o facto de não se ter sido convocado para uma visita oficial patrocinada — segundo Otelo Saraiva de Carvalho — pela cadeia de Caxias às instalações onde estão alojadas as mulheres; e alguns homens detidos na rua ou nas sedes e delegações do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado.

A visita não foi, aliás, nem de incidentes dado que o nosso colega de "O SÉCULO" João Carreira Bom dirigiu a palavra ao secretário-geral do MRPP, Arnaldo Matos, o que levou o director da cadeia a encerrá-lo na mesma cela daquele dirigente, se bem que não lhe tenham sido tirados os sapatos, como sucedeu com a totalidade dos detidos em Caxias. Mais tarde, Carreira Bom — ex-candidato pelo MRPP à Assembleia Constituinte — seria posto em liberdade. Segundo o "Diário de Lisboa", a atitude do ex-candidato seria sido "bastante discutível" (D. L. de 4 Junho último) se bem que o repórter não identificado não tenha desvirtuado os factos que o levaram a dar aquela opinião na notícia.

As versões acerca do que e o MRPP são não raro con-

traditórias, mesmo quando provém da mesma fonte. Assim, segundo o primeiro comunicado distribuído pela 5.ª Divisão do EMGFA, o MRPP seria mais parecido com uma "seta religiosa" que com um partido político; depois, e a propósito do caso de uma detida em Caxias que reclamava um medicamento segundo ela prescrito para tratamento diário, o MRPP foi acusado, ainda em comunicado da 5.ª Divisão do EMGFA, de abrigar pessoas habitualmente drogadas... com Cortisona; finalmente, no parecer de gente considerada "de esquerda não simpatisante e até adversária antiga do MRPP, este partido é constituído por "puritanos" e "estalinistas" desde muito antes do dia em que "emergiu" para uma legalidade duvidosa com a entrega, no Supremo Tribunal de Justiça, do que Arnaldo Matos considerou "cinco mil e um reféns... que a burguesia exige" para a efectivação da táctica da ida às eleições anunciada em 22 de Novembro. Note-se que o MRPP foi o primeiro grupo da chamada "extrema esquerda" a anunciar que concorreria à Constituinte.

Com efeito, os meios de esquerda que criticam o Movimento pela sua adesão a teses albanesas — "a degenerescência moral é o primeiro passo para a degenerescência política" — no capítulo dos costumes fazem-no com base em documentos anteriores à legalização como partido: as directivas "Pensar, viver e agir como revolucionários" e "Todos os quadros são servidores do Povo" (esta na sequência do assassinato pela PIDE, do militante Ribeiro Santos) ambas da responsabilidade do Comité Central (Comité Lenine) eram já discutidas em meios oposicionistas antes da formação do Movimento dos Capitães, e traziam consigo concepções que viriam a ficar consagradas numa igualmente polémica palavra de ordem do MRPP: "vida simples, luta dura e pensamentos elevados". A campanha do órgão central "Luta Popular" contra os hábitos burgueses, em que está incluído um velho combate do MRPP contra os cabelos compridos, também não foi apreciada pelos meios referidos.

Oficialmente, o MRPP tem-se

recusado a comentar a versão divulgada pelo COPCON quanto à sua história ("não temos nada que comentar o que diz a nova PIDE, não prestamos declarações à nova-PIDE porque também não as prestávamos à velha PIDE, não nos identificamos face a mais esta PIDE"); um enviado seu a A. G. do Sindicato dos Jornalistas invocou ironicamente, porque acusado de pertencer a "uma seta reigosa" segundo a 5.ª Divisão do EMGFA... a liberdade de culto.

Se bem que os comunicados do MRPP só raramente surjam transcritos — e sempre parcialmente — na imprensa, o certo é que o COPCON — cujos textos sobre o MRPP têm vindo a ser integralmente reproduzidos nos jornais e lidos na Rádio e TV — se mostra muito sensível aos cartazes, panfletos policopiados e propaganda oral em mini-comícios desenvolvidos não só pelos simpatizantes da organização maquista como também pelos familiares dos detidos, que foram impedidos de receber visitas, tabaco e mudas de roupa. Daí que, a cada vaga de agitação promovida pelo MRPP ou pela AFAP (organização não necessariamente integrada por militantes do Movimento, na medida em que só agrupa parentes dos detidos, como já sucedeu durante as prisões massivas registadas no decurso da campanha eleitoral), o COPCON

responda através de comunicados e, depois da visita de jornalistas a Caxias (comparada pelos maquistas às que Pinochet patrocinou ao Estádio de Santiago do Chile), foram utilizados os meios quentes de comunicação social; mas tudo leva a crer que a reportagem da TV sobre Caxias, mostrando um simpatizante do MRPP que se recusava a abandonar a prisão, teve sobre o público um efeito contrário ao pretendido.

Entre as acusações antigas ao MRPP agora citadas pelo COPCON figuram as que dizem respeito a financiamentos obscuros: o MRPP sempre tem afirmado que os seus fundos provêm da quotização dos militantes e simpatizantes, tal como de recolhas de dinheiro em comícios, manifestações e até na rua. A resposta, também antiga, do MRPP consiste na publicação de um telex de Moscovo que continha um envio de dólares à Intersindical, caso que foi considerado pela imprensa do Movimento como «mais um subsídio da KGB».

Por outro lado, a divulgação de moções de solidariedade aprovadas e abaixo-assinadas (em sítios tão diferentes como entre outros, Lianavé, EFACEC, IAP, Gaslimpo, BIP, Liceu da Guarda, Faculdade de Direito de Lisboa, Direcção Geral dos Transportes Terrestres, Companhia dos Transportes

Marítimos, Agência Abreu e Círculo dos Leitores, por exemplo) subscritos por trabalhadores, estudantes e até soldados constitui, no pensar do MRPP, um desmentido à acusação de falta de radicação nas massas populares igualmente formulada pelo MFA em vários comunicados.

Também o Instituto Internacional de Imprensa protestou contra as prisões de jornalistas portugueses afectos ao MRPP.

Uma das acusações formuladas pelo MRPP e não respondida pela 5.ª Divisão diz respeito à utilização dos ficheiros da PIDE-DGS pelo COPCON, razão que teria ditado a procura de simpatizantes em morgadas anteriores a 25 de Abril.

Arnaldo Matos, que desde há cerca de um mês se encontrava ausente de Lisboa onde poucas vezes se deslocava ultimamente foi preso numa rua da capital e encontra-se detido, em Caxias, tal como os membros do Comité Central Fernando Rosas e Carlos Santos.

A Associação da Amizade Portugal-China e o jornal «Yeman» anunciaram que vão processar o COPCON pelas perdas e danos causados nas suas instalações na noite de 28 de Maio.

Militantes e simpatizantes de vários partidos têm declarado que «o MRPP foi só o primeiro...»

Os trabalhadores do EXPRESSO e as prisões de antifascistas

a) O nosso camarada de redacção Almeida Perucho e o colaborador do EXPRESSO António Dias estão detidos à ordem do COPCON, e sem culpa formada, desde o assalto às sedes e delegações do MRPP no passado dia 28 de Maio.

b) Quer as circunstâncias que rodearam as detenções quer a manutenção delas sem culpa formada estão em flagrante contradição com as convenções internacionais e doutrina dos Direitos Humanos mundialmente aceites para a prisão preventiva.

c) O direito de resistência consignado na Constituição Política (parte não revogada pelo Programa do MFA) confere ao nosso camarada Almeida Perucho e ao colaborador António Dias a faculdade de não se identificarem, devido à arbitrariedade das suas prisões.

d) Não se trata de pessoas ligadas ao regime deposto em 25 de Abril de 1974, tendo sido sempre inimigos do fascismo.

Os trabalhadores do EXPRESSO decidem:

a) Repudiar a prisão de Almeida Perucho, António Dias e de todos os antifascistas detidos por tempo indefinido e em regime prisional desumano nas cadeias de Caxias e Pinheiro da Cruz.

b) Exigir a libertação de Almeida Perucho, António Dias e todos os antifascistas presos.

c) Dar conhecimento desta posição colectiva a todos os órgãos da Informação portuguesa e estrangeira, tal como às instâncias internacionais que zelam pelos Direitos do Homem.

Segundo um documento do P.C.P.:

“Nas democracias populares é o povo que está no poder”

COM O TÍTULO «Política», publicou o Partido Comunista Português, há já largos meses, uma pequena brochura, que ainda foi distribuída durante a campanha eleitoral.

O documento, que nos chegou às mãos, tem a chancela das «Comissões Concelhias do P.C.P. de Alenquer, Sobral de Monte Agraço, Mafra e Torres Vedras», e foi impresso em Torres Vedras.

Fazemos a transcrevê-lo (e sem comentários), para que possa ser objecto de análise dos nossos leitores (designadamente dos mais atentos e de melhor memória), alguns extractos:

A. Que diferença há entre democracia e socialismo? Podemos dizer que uma verdadeira democracia é sempre um verdadeiro socialismo e vice-versa, um verdadeiro socialismo é sempre uma verdadeira democracia.

Tal como sucede com a democracia, hoje temos que re-

ferir dois tipos de socialismo: o socialista burguês e o socialista proletário.

Socialismo burguês é aquele que existe em certos países da Europa (Suécia, Noruega, etc.), e que de socialismo só tem o nome. No fundo ele não se distingue muito da democracia.

burguesa, apenas lança um pouco mais de poeira nos olhos dos trabalhadores a fim de melhor ocultar a exploração capitalista.

Socialismo proletário é o mesmo que democracia popular. Há socialismo proletário na União Soviética, na Hungria, na Alemanha Oriental, na Bulgária, em Cuba, etc. Nestes países a exploração do homem pelo homem acabou definitivamente e por essa razão o socialismo aí existente não é uma fachada.

5. O socialismo proletário é a primeira fase do comunismo. O que é que distingue o socialismo do comunismo? Podemos dizer assim: as riquezas no socialismo são distribuídas «a cada um segundo o seu trabalho»; no comunismo são distribuídas «a cada um segundo as suas necessidades».

Convém referir mais em pormenor estas duas fórmulas. Se aceitarmos que as riquezas sejam distribuídas «a cada um segundo o seu trabalho» estamos a liquidar a possibilidade de haver quem viva à custa do trabalho dos outros, ou seja, a liquidar o capitalismo. Um regime no qual os trabalhadores recebem de acordo com aquilo que produzem é um regime justo e humano e conduz a uma maior produtividade no trabalho pelo incentivo que provoca. Criam-se assim as condições para construir sociedades de abundância onde os trabalhadores recebem já não de acordo com o que produzem mas sim de acordo com as suas

necessidades. Esta será pois a sociedade comunista.

Muita gente não crê que haja possibilidade de se criarem sociedades comunistas. Afirmam que o homem é por natureza egoísta, que se acaso lhe dessem a possibilidade de ter as coisas de acordo com as suas necessidades não haveria produção capaz de satisfazê-las. Esta é uma ideia pessimista acerca da natureza do homem, em grande parte inoculada nas pessoas pelas várias religiões. Naturalmente que os homens vivendo em sociedade onde há regimes que consagram a exploração não poderão deixar de ter um espírito egoísta (salvaguarda-se às excepções, claro). Mas o mesmo já não sucede em regimes em que a exploração dos homens acabou, como é o caso das sociedades socialistas (de socialismo proletário).

No decorrer da construção do socialismo o homem educa-se a todos os níveis. Um dos factores que mais contribuem para a sua educação é o próprio trabalho que ele passa a estimar em grau crescente. E quando esta estima pelo trabalho atingir o grau que já hoje vemos existir em certos artistas, quando o trabalho constituir para cada trabalhador uma das maiores fontes de prazer, de realização humana, então entra-se no comunismo. As riquezas serão abundantes e os trabalhadores estarão educados para não terem exigências absurdas, pois as suas necessidades, nunca visarão o superfluo mas sim o essencial.

6. Todas as sociedades chegaram um dia ao comunismo e naturalmente a sociedade portuguesa também. Os comunistas portugueses há já mais de meio século que lutam arduamente por isso.

Qual é a organização política que em Portugal mais consequentemente luta pelo estabelecimento do comunismo? Todos os trabalhadores honestos e minimamente esclarecidos sabem que essa organização política é o Partido Comunista Português (PCP). Naturalmente que há algumas pessoas que não concordam com esta afirmação, pois dizem que o PCP não procura estabelecer o socialismo (e muito menos o comunismo) no nosso país. Tais pessoas afirmam que o PCP é «revisionista», termo este que significa ter ele revisto (alterado os princípios ideológicos do Marxismo-Leninismo, ideologia esta que orienta a vida de todos os partidos comunistas. Assim o PCP seria um partido que não estaria ao serviço do proletariado, dos trabalhadores, mas sim ao serviço da burguesia.

Regra geral as pessoas que atacam o PCP, classificando-o de «revisionista» ou «reformista» (ou ainda partido burguês), podem ser chamados de «esquerdistas» e a esmagadora maioria delas pertencem à classe burguesa (pequenos e médios burgueses). De onde se dá o caso curioso de serem burgueses os que acusam o PCP (constituído na maioria por operários e camponeses) de ser um partido burguês.

O PAÍS QUE QUEREMOS E O PAÍS QUE SOMOS

SÃO DIVERSAS as frentes em que o Conselho da Revolução se bate para conseguir o avanço do processo iniciado com o 25 de Abril (ver comentário na pág. 2).

Fala-se em batalha da produção, em batalha da informação, sem esquecer a situação tensa em relação à Igreja Católica, as pressões internacionais, a crise de autoridade de que decorrem os abusos cometidos em nome da liberdade, etc.

Poder-se-á dizer que a revolução, para triunfar, necessitava, primeiro, destruir, cilindrar as forças que se lhe poderiam opor, poupar as que poderão conduzir à reconstrução. Mas, aceite-se ou não a tese extremista da «terra queimada», parece ter chegado o momento de parar o derrube do que existia e principiar efectivamente a transformar as estruturas.

Transformar, neste caso, tratando-se de um País e dos seus cidadãos, significa ter um plano coerente de fundo, dispor de meios humanos e materiais para o executar, e estar certo de que os objectivos nele traçados são os que mais convêm ao povo e têm de facto a sua adesão.

O MFA está consciente de que, 13 meses decorridos sobre a deposição do regime fascista, esse plano de fundo (e repita-se, coerente) não existe. Apontar-se para o socialismo, referir a necessidade de uma via portuguesa original, insistir na defesa das classes mais desfavorecidas — tudo isso está certo e tem vindo a ser ratificado por maioria clara dos portugueses. Simplesmente, isso não chega. É indispensável assegurar a soberania da vontade popular, mas não basta dizer que é o povo quem decide. É necessário que a revolução vá para a frente, mas não basta dizer que quem é contra a revolução é reaccionário. É preciso, portanto, primeiro definir a revolução, explicar o que ela é, como é, para onde vai.

Quando chega o momento de iniciar a reconstrução, a indefinição deve acabar, porque, se não acaba, surgem e não se resolvem as dificuldades em múltiplas frentes, aparecem a descrença, o descrédito e a impopularidade, nascem as tentações de sobrepor cada vez mais a autoridade de uns poucos à liberdade de todos os outros.

O Conselho da Revolução vai repensar a revolução, durante o fim de semana que hoje começa. Fá-lo numa hora difícil, suportando nos ombros largos grande parte da responsabilidade do País que somos em Junho de 1975.

As principais perguntas que os membros do Conselho terão de fazer a si próprios e aos seus colegas são as seguintes: que País somos? que País queremos? somos o País que queremos? queremos o País que somos?

Estas perguntas são formuladas na primeira pessoa do plural. Somos nós a definir o que queremos, nós todos, competindo ao Conselho da Revolução interpretar — não decidir — e impulsionar a comunidade nacional na direcção escolhida, dentro de um processo revolucionário de que ele é autor, garante e responsável.

As incógnitas são muitas e as soluções parecem escassear. De nada serve pedir sacrifícios a uma geração que só moderadamente está disposta a fazê-los. De nada serve acusar os imperialismos dos males que nos afligem, não porque eles não existam e não actuem, mas porque não seremos nós sozinhos a conseguir destruí-los. De nada serve incriminar os partidos de divisionismo e conformismo, porque, se quer pluralismo, não se pode aspirar ao partido único.

O fim de semana de meditação do Conselho da Revolução poderá ser decisivo para que, de uma vez por todas, a situação se clarifique, dentro e fora do MFA. Oxalá assim suceda e algo de concreto — e de positivo — se decida.

ANTUNES, *Melo*

Melo Antunes: Portugal desempenha papel de ponta na luta anticolonialista

ONTEM, EM LISBOA, no hotel Altis, realizou-se a primeira sessão efectuada na Europa, da Comissão de Descolonização das Nações Unidas, mais conhecida por Comité dos 24, que sob a presidência do representante permanente da Tanzânia na ONU, Salim Ahmed Salim, efectuará várias reuniões de trabalho, que se prolongarão até ao dia 19 deste mês.

A sessão de abertura que ocorreu ontem de manhã, e que será a milésima depois da cria-

ção do Conselho de Descolonização em 1961, começou com um breve improviso do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, seguido dum discurso onde nomeadamente pôs em relevo a descolonização portuguesa, apontando-a como um dos objectivos fundamentais da revolução do 25 de Abril de 74, e classificando-a de ímpar na História. Referiu também que as questões da Rodésia do Sul e Namíbia, sobre as quais este Comité se irá debruçar na sua

reunião em Lisboa «merecem a nossa melhor atenção e estamos certos de que a sua solução só poderá ser encontrada pela aplicação efectiva dos princípios de autodeterminação e independência consignados na Carta das Nações Unidas e na declaração anticolonialista de 1960».

Usaram igualmente da palavra, o embaixador Salim, que destacou a importância «simbólica e histórica» desta sessão, Tang-Ming-Chao, subsecretário

geral dos Assuntos Políticos e de Descolonização, que leu uma declaração de Kurt Waldheim, secretário-geral das Nações Unidas, e finalmente o representante da Nigéria e simultaneamente presidente da Comissão contra o apartheid, Edwin Ogbu, que salientou estarem «extrinsecamente ligadas» as lutas contra o apartheid na África do Sul, e pela liberdade na Namíbia e Zimbábue.

Integram a delegação portuguesa que é chefiada pelo ministro da Coordenação Interterritorial Almeida Santos, o representante permanente na ONU, embaixador Veiga Simão, J. M. Galvão Teles, Rui Quartim Santos, João Teixeira da Mota, António Valente e João Ascensão.

Na sua intervenção, Melo Antunes, depois de historiar como nasceu e cresceu o movimento descolonizador, que encontrou, a partir de 1961, uma expressão oficial no «Comité dos 24», relembrou a importante actividade por este desempenhada, quer através do envio de missões que se informavam das condições reais «in loco» dos territórios em vias de des-

colonização, quer através de uma atenção às actividades das multinacionais, mais interessadas em explorar os homens que em libertá-los. Acentuou depois a inegável importância da contribuição de Portugal para a eliminação do colonialismo. «O poder político em Portugal já não está ao serviço de interesses privados que poderiam aproveitar-se desse domínio, mas

sim ao serviço do povo português. Por isso, nenhuma contradição subsiste hoje entre as nossas nações», disse a certo passo. E mais adiante: «A nossa pertença à Europa coloca-nos num papel especial de intermediação entre o ocidente europeu e o mundo africano, entre a Europa e o Terceiro Mundo. Nesse papel, não pre-

tendemos nenhuma penetração económica que pudesse transformar-se em novo tipo de dominação neo-colonialista».

O EXPRESSO ouviu igualmente a opinião do ministro português dos Negócios Estrangeiros sobre esta importante reunião no nosso país do Comité dos 24.

Melo Antunes começou por destacar o aspecto que segundo ele lhe parece o mais importante: o facto de pela primeira vez este Comité se reunir na Europa, e dentro da Europa ter sido Portugal o país escolhido para a efectivação desta nova sessão de trabalhos da Comissão de Descolonização.

«O segundo aspecto», continuou Melo Antunes, diz respeito ao facto de isso ser significativo da posição que Portugal hoje ocupa no Mundo, relativamente ao esforço que é feito na comunidade internacional para se acabar definitivamente com todas as formas de opressão colonial: Portugal deu aí evidentemente um exemplo notável após o 25 de Abril de 1974. Claro que o esforço que fazemos nesse sentido foi um esforço global que atingiu sem discriminação todos os territórios portugueses, embora tivéssemos que escalar no tempo os acessos à independência de cada um dos territórios. O que importa é

salientar que o exemplo que estamos a dar, o exemplo flagrante de como uma atitude progressista — e esta autenticamente revolucionária — é feita à escala internacional, o que nos leva a poder francamente dizer que neste campo estamos a desempenhar um papel de ponta. Assim, para nós portugueses esta reunião aqui em Lisboa é motivo de grande orgulho, é o reconhecimento da Comunidade Internacional, para o papel que Portugal está a ter no sentido de fundarem todas as formas de opressão colonial.

SILVEIRA, Pedro da

Polémicas

PEDRO DA SILVEIRA, escritor açoreano, colaborador da "Seara Nova", não está de acordo com o que o EXPRESSO tem vindo a publicar recentemente sobre os chamados separatismos insulares. E diz aqui de suas razões, respondendo em tom polémico a um artigo de Jorge Galamba sobre os movimentos separatistas açoreanos e seus prolongamentos nos Estados Unidos. Para Pedro da Silveira, o separatismo do MAPA e

outros movimentos pró-americanos escreve-se com aspás. O verdadeiro separatismo, de sentido progressista, seria outro — e teria história. Eis as razões de Pedro da Silveira e a nossa resposta, agora que o caso Açores é um tema especialmente quente, depois dos recentes acontecimentos verificados em Ponta Delgada.

O caso Açores

«Separatismo»

e...separatismo

PUBLICOU o Expresso, no seu número de 17 de Maio, um artigo do sr. Jorge Galamba (pseudónimo?) no qual o «separatismo» açoriano uma vez mais exhibe, ao gosto desta imperial Lisboa, adereços que dir-se-iam da novelística policíada. O artigo contém, sem nenhuma dúvida, algumas verdades — é o que transcreve do Portuguese Times não é de molde a espantar quem conheça, de agora ou de ontem, a apalhadada imprensa luso-lanque; mas também se faz eco, admitto que inocentemente, de inverdades; e sobretudo me parece que enfraquece de considerável problema Açores-Portugal numa óptica que, lá no fundo, não deixa de ser a do... colonialismo (o possível, estilo França-Brexitana ou França-Córsega)-português.

Antes de mais: o que o sr. Jorge Galamba chama separatismo nem aproximadamente é isso. Pretender-se separar uma colónia, de jure ou de facto, do Estado que a sujeita, não por que ela ascenda à condição de país livre, mas para que outro Estado se suceda no lugar, será tudo o que quiserem, nunca porém separatismo. Assim, o deixarem os Açores de estar sob o jugo de Portugal para

passarem ao dos Estados Unidos da América, não só significaria substituir uma garrafeira de escravos por outra, decerto não mais suave (atenção a Porto Rico, às ilhas Virgens, ao Panamá, às Samoas, ao Hawaii, a Guam, etc., etc.). Separatistas, nos Açores, foram-no cidadãos da grandza moral e mental de João Soares-d'Albergaria de Sousa, José P. Teles d'Utra Machado, António d'Ávila Gomes (autor d'A Independência dos Açores e seu fundamento, 1872), António Gil ou Américo de Quental (!); não o são, sequer por sombras, nem os maripões de Ponta Delgada, via marionetas veneratoras do capital monopolista, nem os escrevinhadores do Portuguese Times e quezandadas folhetas paridas à sombra do lenço de assoar estrelado do onzenheiro e ladrão Tio Sam. Separatistas, nos Açores, hoje, só podem sê-lo, tão de direito como em qualquer outra parte deste mundo ainda largamente por descolonizar (inclusive na Europa!), aqueles açorianos a cuja consciência democrática se patenteia, fazendo-se revolta, o colonialismo, não apenas económico (!), que Portugal praticou, pratica e, tudo o indica, pretende continuar a praticar contra o povo açoriano.

Colónia de Portugal?

Duvidam de que os Açores ainda são de facto, como foram de jure até 1831, uma colónia de Portugal? Se duvidam, vão lá e vejam com olhos bem abertos, depois estudem os estatutos de autonomia com que Lisboa nos tem emolado desde 1894, e também a história económica e social do arquipélago. Sobre tudo desde a Restauração, a nossa história fornece superabundante matéria para incriminar Portugal como rapinante e opressor contumaz.

Ao menos por um pouco, cinjamo-nos porém ao artigo do sr. Jorge Galamba; a começar pelas inverdades de que, descuidadamente, se fez eco.

Citando o que com os pés escreveu um tal Manuel Leal (um ex-seminarista, suspeito antes de emigrar, de actividades pidescas?), o sr. Galamba dá como ligado à FRIA o médico sr. dr. Decq Mota. Trata-se dum militante socialista, por sinal candidato a deputado pelo círculo da Horta em Abril último, em cujo passado nada há de fascista. Devo acrescentar que não tenho procurado do dito sr. dr. Decq Mota, a quem nem de vista conheço, para o defender da acusação que o sr. Jorge Galamba, eco do distal Leal, lhe fez. Atalho a alevisia principalmente porque, razoável conhecedor de como são os fascistas açorianos e dos seus métodos, claramente vejo donde ela dimanou. Não andará no caso a CIA, e muito menos a sua prima KGB; mas não é necessário binóculo de vigia de baleias para se avistar, virginalismo, o... «Opus Dei»!

Noutro passo, o sr. Galamba aflora, ainda por conta da folheta ruim de Nova Bedford, as andanças pelos Estados Unidos, «em missão de recolha de fundos e propaganda», dum dr. José Almeida. Para que, neste paraíso de confusão, não nasça confusão com um

antifascista micaelense que quase assim se chama (antifascista que, com sacrifício, o é desde os anos 30!), entendo precisar que se trata dum tal dr. José Almeida Pavão Júnior, ex-governador civil substituído do distrito de Ponta Delgada, professor (ainda!) do liceu da mesma cidade e não sei se continuando (em paga dos vis serviços que prestou a Salazar e Castano) membro do conselho de administração do Banco Micaelense. Este Almeida (José), também Pavão, é que coxeou recentemente através dos Estados Unidos colhendo derrama, entre os incautos imigrantes açorianos, para o MAPA, a que se ligou depois de perdida a mamadeira da ANP. E será preciso acrescentar que estamos perante um íntimo amigo do famigerado pídre Rosa Casaco?

Há mais monda, mas, porque não aquenta nem arrefenta, ou só mais uma vez prova que a ignorância portuguesa relativamente aos Açores continua a ser demasiado... maometana, nem vale a pena meter-lhe sacho.

Quanto aos movimentos «separatistas» mencionados pelo sr. Jorge Galamba, tenho seguras razões para crer que, exceptuados o MAPA e o «Comité Açoriano — 75» (espécie de sodalício católico-romano onde se acotovelam, como doutrinários da moirinhamba, três ou quatro padres ladravazes, dos que na Nova Inglaterra enriquecem vendendo cadeirinhas no céu, mais uns sete ou oito ex-seminaristas, expulsos do seminário de Angra do Heroísmo por praticantes do amor-de-costas), todos os mais não passam de... máscaras, ou pseudónimos, para meter medo a carcamanos (e, já agora, perdoem-me o reeditar aqui a velha alcunha étnica, assaz depreciativa, que se cola nos Açores aos portugueses lá arrojados como flocos de queijo, negociantes de carne branca e tais que tais).

MAPA, MIA, FRIA...

Realmente, não obstante já terem aparecido pelos Açores papuluchos copigrafados subcritos quer pela FRIA quer pelo MIA, tudo leva à conclusão que uma e outro não passam de invenções dos macpães de Ponta Delgada e Vila Franca do Campo, nascidas no Café Royal daquela cidade, onde diariamente pontificam os oráculos avariados da selta: Melo Bento, major Moniz (comandante da PSP!), Vítor Cruz, etc.

Quem inventa tais siglas, e as põe a correr em má prosa pseudocientífica, são os macpães e seus compinchas que estiveram ligados ao Partido do Progresso e ao Partido Democrata Cristão, mais certos pépídistas e centristas ex-serventários de Caetano: os mesmos, exactamente, que a 11 de Março, lá em Ponta Delgada, vieram para a rua dar vivas ao «profeta» Spínola.

«Tenha paciência o sr. Galamba, mas gente (?) como esta não é separatista. Ou então é-o tão às avessas como um tal Miguel Tosté que, por 1919, escrevinhava num semanário (também) dos Estados Unidos: «Desde que em Lisboa mataram o dr. Sidónio Pais, já não há razão para os Açores estarem unidos com Portugal. O que se deve fazer é — proclamar o Estado Livre dos Açores, de baixo do protectorado da grande e democrática nação norte-americana» (sublinhado meu).

Não se podia achar nada mais cristalino, que melhor se ajustasse ao falso separatismo do MAPA (com face autonomista no PPD tal como ele é nos Açores, encabeçado pelo «opos dele» dr. Bosco, autor, entre outras maravilhas, dum artigo, publicado vai em quatro anos, sobre as excelências da dominação norte-americana em Porto Rico) e do «Comité Açoriano — 75». A história, afinal, repete-se, ou, pelo menos, pode apresentar «imagens» repetidoras doutras mais velhas. Resta acrescentar que, em 1919, quem passava os cordões ao Tosté era o reverendo (depois cônego) Cristiano de Jesus Borges — um dos «notáveis» consultados na Primavera de 1938 por Marcelo Caetano para a elaboração do «estatuto» de (des)autonomia que continuamos a suportar, e em 1941 condecorado por Carmona porque era um... «grande bom-mérito e indefectível patriota» (português, está visto).

Quem teve a paciência de me ler até aqui já terá a ideia de que, afinal, tanto o «separatismo» como o «separatismo» não são, nos Açores, sem história. E é realmente assim: o com aspas apareceu pela primeira vez em cena por volta de 1868 e sempre teve carácter vincadamente reaccionário (como não podia deixar de ser); o outro, até onde se sabe, tem a mesma idade da Inconfidência brasileira (1789) e, como movimento estruturado, pode acompanhar-se desde 1814 (ano da fundação da secreta Sociedade Patriótica Filantropia, de que o tenente-coronel João Soares-d'Albergaria de Sousa foi chefe, ou grão-mestre): primeiro preconizou a independência pura e simples do arquipélago, depois, a partir dos anos 70 do século passado, inclinou-se para o federalismo (berista). Este movimento, sempre clandestino (excepto sobre o primeiro liberalismo, o de 1820-23), nunca se desviou duma linha política avançada: nos últimos anos da República democrática os federalistas apoiaram, com os seus votos, a Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos, único dos partidos políticos portugueses, pensavam, não ortodoxamente centralista, ou, por outras palavras, de todos o menos preso ao preconceito do Estado unitário. Nesse tempo, chegou a ser notável acção nos Açores a ideia, defendida em livro por um professor liceal de apelido Cabral, dos Estados Unidos da Lusitânia, constituídos por Portugal, Açores e Madeira e, também, se os seus povos o quisessem, pelas colónias ultramarinas portuguesas (Atalham do possíveis confusões, convém notar que o «federalismo» de Spínola não é de modo algum aparentado com o do dr. Cabral: o neo-colonialismo não cabe no âmbito da democracia, mesmo quando praticado por países de constituição democrática).

Quanto ao Movimento Autodémico, os federalistas açorianos foram sempre reticentes. Consideravam — no dubiamente democristão, com vocação para aceitar, ou mesmo defender, o parasitismo monopolista (era voz corrente nas ilhas que a Casa Benedita dava mensalidades aos deputados autodémicos de Ponta Delgada, como depois, sob o Estado Novo salazarista, se dizia que as dava a alguns da União Nacional: por exemplo, a Armando Cláudio).

A Frente Federalista

Em 1953, e até pelo menos dez anos depois, ainda o federalismo possuía uma organização clandestina: a Frente Federalista-Democrática Açoriana, com «estrelas» (células) em algumas das ilhas e no estrangeiro, entre emigrados. Deve-se-lhe o haver sido levantado (em 1961?) nas Nações Unidas o problema da descolonização dos Açores e da Madeira conjuntamente com a das colónias ultramarinas. Se nunca mais se falou disto na ONU, foi só

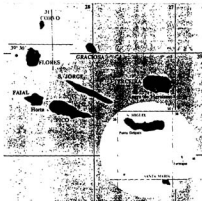
porque, pretendendo-se que a moção fosse apadrinhada por Estados incontestavelmente democráticos, deia se apoderaram os neofascistas lusítmicos.

A F.F.D.A. dissolveu-se e é por isso que não se pronuncia? Ou o seu mutismo, depois do 25 de Abril, tem outro significado?

Não disponho de elementos que me habilitem a responder. Como atrás disse, em 1963 a F.F.D. ainda existia: em Setembro desse ano, indo aos Açores, chegou-me às mãos um seu comunicado dactilografado (com a mesma recomendação

escrita que traziam os anteriormente vistos: «Ler e destruir logo»). Posteriormente, não vi nem tive notícia de mais reuniões. Assim, só posso afirmar — isto sim! — que entre os federalistas açorianos e os mapáncios ou os emigrados do «Comité Açoriano—75» não há afinidade ideológica: aqueles eram antifascistas; estes... será preciso repetir que são fascistas?

Já sei que os amadores de políticos destas bandas peninsulares, vastamente informados sobre o Viena ou a Síria, — ao mesmo tempo que nem



sabem onde fica Olivença, — também têm as suas ideias sobre os Açores. Primeiro argumento dela, como não podia deixar de ser: os Açorianos são tão portugueses como os Minhotos ou os Algarvios; depois: o problema açoriano, se o há (lá vem a dívida, pudera), re-

solve-se com o remédio (considerado infalível, milagroso) do... centralismo democrático; enfim: os Açores são uma terra demasiado pequena para que tenha governo próprio e, sobretudo, dependem economicamente de Portugal, as ilhas não se bastam.

Diferendo Açores-Portugal

O primeiro argumento é frágil; tão frágil que, já antes de formulado, o conceito de nação (raça, língua, costumes, território comum) por toda a parte era mais ou menos posto em aquece. Realmente, se os homens se unem em função da raça, duma língua comum, também não poucas vezes acontece, havendo isso, não se ligarem; porque, afinal, outros interesses falam mais alto. Os Portugueses e os Açorianos são de facto quase da mesma raça (nos Açores o elemento flamengo só faz sentir a sua herança da Terceira às Flores, mas em todas as ilhas a dos norte africanos, transmitida pelos primeiros povoadores rédis, pesa menos do que em Portugal); falam a mesma língua (com variantes de subdialecto); têm costumes de matriz comum, praticando, o que não é menosprezável, idêntica religião maioritária (nos Açores um catolicismo menos afectado da Contra-Reforma e adorado pelo culto popular do Espírito Santo). ...Mas, como eu dizia, os interesses também costumam para a separação ou ligação dos povos. Ora, nisto é que radica o diferendo Açores-Portugal e dum modo, deve notar-se, não diverso do que originou, no século passado, levantarem-se as colónias das Américas contra as suas metrópoles europeias. Como toda a gente sabe, não foram os Índios que fizeram a independência do Brasil...

Caracterizar o colonialismo português relativamente aos Açores (ou à Madeira) não cabe na força da pequenez dum artigo. Digamos, porém, que se trata dum colonialismo sobretudo económico, pelo completo submissão dos insulanos aos interesses de Portugal. Utilizando maneiras várias de actuação, consoante os regimes políticos, Portugal tudo tem feito por que os Açores se não desenvolvam, não progridam: de modo a constituírem como que uma «reserva» onde a sua indústria e o seu comércio impõem o que num mercado descondicionado não poderiam vender, seja em função do alto preço, seja em função da inferioríssima qualidade. Deixa-se que surjam nos Açores algumas indústrias? Só na medida em que Portugal as não pode ter e precisa do que produzem a um preço base susceptível de dar lucros aos intermediários lisboenses (os lacticínios e -outrora o álcool constituem exemplos gritantes). Mas com o travar do arranque económico, e contribuindo para ele, efficacissimamente, temos o bloqueio das comunicações com o exterior, monopolizadas por Lisboa: nada entra no arquipélago e nada sai dele senão por este único e exclusivo, arfixante canal.

Por mar, há o monopólio da CTM (erdado da EIN); pelo ar, há o monopólio dos TAP (que até golpavam a SATA).

Assim era antes de 25 de Abril de 1974 e assim continua, sem que sinal se vislumbre de mudança.

O caso Porto Rico- -Estados Unidos

O que muito incompletamente fica apontado não difere senão em alguns pormenores (mas para pior, outros ligeiramente para melhor) do caso Porto Rico-Estados Unidos. Lá como cá, típico colonialismo económico, ou de consumo. E porque os casos são idênticos, o remédio só pode ser, se não exactamente o mesmo (mais do que doenças, há os doentes que delas sofrem), semelhante: os Porto-riquenses querem, e lá sabem porquê, a independência da sua ilha; os Açorianos, é minha convicção, hão-de perfilar o que diz o lema da (extinta?) F.P. D.A.: «União, sim, unidade, não!». Acrescente-se que a autonomia administrativa, sobretudo com o «estatuto» (já disse que ainda vigente) congeccionado em 1938 pelo seneitor Caetano, provou a sociedade que apenas condiz a uma dupla ditadura: a dos interesses parasitários insulares (monopólios e senhores da terra) mais a do sanguessugismo lisboense.

Evoquei há pouco o 25 de Abril e agora pergunto: Que fizeram pelos Açores os governos provisórios?

Recordam-se do tão publicitado Plano Agro-Pecuário do I Governo Provisório, brotado do gabinete do ministro sr. dr. Vieira de Almeida? Pois era, na essência, o não muito antes encomendado pela multinacional ITT a Caetano! Dando-lhe vida, legalidade, meramente se pensou servir Lisboa, as suas necessidades actuais de carne, leite e derivados. Esse plano aponta, tragicamente, para a criação nos Açores duma situa-

ção económica monocultural, ou de monoprodução, sempre indesejável, sempre ameaçando crise.

E quanto à nacionalização de empresas?

Depois do 25 de Abril nunca os governantes portugueses encaramaram (ao menos que se notarem) o problema de absorção, pelas mais fortes, doutras empresas, nem o, não menos importante, de as sedes sociais do não poucas haverem passado das terras de origem para Lisboa. No caso dos Açores, isto assume uma importância enorme e era exigível que para lá tornassem, anuladas todas as manigâncias de absorção, fusão ou transferência de sedes, todas as empresas que nos são, que foram feitas à custa do povo açoriano: EIN, Carregadores Açorianos, SINAGA, Mutualista Açoriana, Banco dos Açores (em segunda mão integrado no Totta & Açores), Banco Faialense, Caixa Económica Micoense, Saboaria União Fabril Terceirense (absorvida e depois encerrada pela CUF), etc., etc. Posto isto, as nacionalizações (socializações seria preferível), com as de empresas que se mantinham nas ilhas (bancos, seguradoras, tabaquinhas, etc.), far-se-iam em favor do poder central (e viciosamente centralista!) mas sim das Juntas Gerais dos distritos. Não tendo sido assim, o que se fez só merece um nome, que não calo: roubo. (Claro que me vão opor o argumento de se ignorarem os «antecedentes» das empresas nacionalizadas, a história de sua formação e crescimento. Respondendo que quem governa, e portanto legisla, não tem em nenhum caso o direito de ignorar).

As bases militares

Gostaria de falar um pouco a respeito do que o sr. Galamba transcreveu do Portuguese Times sobre as bases militares entendidas como uma fonte de rendimentos para os Açores. Como se saberá, já o MAPA, num papelucho copigrafado com a data de 7 de Maio do ano passado, tocava a mesma cantiga de embalar. Trata-se, pois, dum coro, região por maestro que à vista desarmada está... desavista; mas que se

identifica. Com efeito, há nos Açores várias bases militares, sendo a mais falada a base aérea das Lajes (americana) e a mais silenciada a de Santa Cruz das Flores (francesa), pela qual Portugal obtive a comedia, em géneros (novas unidades para a marinha de guerra) e dinheiro, de quatro milhões e seiscentos mil contos — que os Açores, como era de esperar, nem por um canudo viram! Uma e outra, mais as restantes (da NATO), são do mesmo modo indesejáveis (tanto como se fossem do Pacto de Varsóvia ou doutros quaisquer belicistas); para já, porém, sobretudo é preocupante, para os açorianos não sloganizados, conscientes, que os americanos tenham na Terceira dois palácios atómicos (Cabrito e Bicoitões). — Mas (há sempre os mas!), ainda nisto a presença de bases militares estrangeiras nos Açores, eis que se patenteia um problema humano: o dos cercos de dois mil civis açorianos que neles ganham a vida. Só o arranque económico das ilhas, proporcionando o absorver essa gente noutros empregos, permitirá que se exija a sua retirada. Antes disso, seria aumentar a miséria a que desceu o povo açoriano (no começo deste século com um nível de vida três vezes mais alto que o dos Portugueses).

Reserva de riquezas

Reporo agora que me ia esquecendo de dois dos argumentos dos sábios de Lisboa contra a existência dum Estado açoriano, mesmo federado com Portugal: a pequenez e a pobreza do arquipélago.

Ao primeiro, bastará contrapor que os países se não medem à vara mas sim pelos recursos exploráveis que têm (p. ex., o pequenino Luxemburgo, comparado com Portugal, é, afinal, um gigante económico). Na verdade, com os seus menos de 2400 quilómetros quadrados de superfície, os Açores estão longe de pobres: depois das Ilhas Britânicas e das Grandes Antilhas, são, no Atlântico, o conjunto de ilhas com maior re-

serva de riquezas, tanto terrestres como marítimas. (As ilhas Faroe e a Islândia têm, todavia, economias de longe mais ricas. E porquê?... Andará nisto bruxedo?).

Numa confederação com Portugal, ou com Portugal e a Madeira, que há-de querer os patriotas açorianos que seja a sua pátria?

«União, sim, unidade, não!»

Evidentemente, ninguém aspira por mudanças no flit-de que mudanças não haja. Ora, a um ano do 25 de Abril, tudo nos Açores está praticamente como dantes: os fascistas mantêm-se em não poucas posições

de mando e de decisão, inaltere-se o estatuto de (des)autonomia caetânica, mantiveram-se os monopólios todos, permanece intacto todo o maquinismo esmagador do colonialismo económico... Só o falar se tornou (relativamente) livre. Entretanto, até porque vêm o que vêm, os menos esclarecidos politicamente dos açorianos vão dando ouvidos à propaganda de poderem as suas ilhas tornar-se um cantinho do paraíso lanque. Exactamente assim! E não se pense que contra isto vale subterfúgios, promessas, paleios (com ou sem «emefias» dinamopedagógico-discursantes). O caminho só pode ser um: o que apontava o lema da F.F.D.A. — «União, sim, unidade, não!» —, numa democracia socialista (não totalitária) em que nenhuma das partes coligadas tutèle nem explore a outra.

Não se creia, porém, que os açorianos possam fazer sonhos o que nos Açores se impõe fazer. Aié, antes que sejam eles a tomarem nas suas mãos os seus destinos, Portugal tem a cumprir, e integralmente, todos os deveres que contraiu para com o arquipélago, com oprimi-lo e submetê-lo à rapina. (Só se pede, pelo amor de todos os deuses, que não queira fornecer-lhe os seus técnicos de diploma. Já sabemos de sobra que não passam de diploma e fala fácil.)

Não fica tudo dito, nem pela metade. Mas isto já vai demasiado longo. Reconhecendo-o, resta-me agora agradecer ao sr. Jorge Galamba o pretexto que me ofereceu para este desabafo, e, também, ao Expresso, a sua publicação — no caso de não lhe faltar, ainda desta vez, a coragem.

O quixotismo separatista

A PROBLEMÁTICA da autonomia ou de separatismo não pode ser analisada em abstracto — ou a partir de referências ao passado como o faz Pedro da Silveira. Que Antero de Quental tenha defendido posições separatistas, ou que, durante a vigência do regime fascista, tenha existido entre açorianos um vago e quixotesco movimento de inspiração federalista a favor da «descolonização» dos Açores e da Madeira (ao que parece, mesmo sem procuração dos Madeirenses...) tais factos — de resto escassamente significativos — não impedem que se constate um outro, bem mais actual e importante. E que, hoje, quer queira Pedro da Silveira quer não, para além do seu nebastianismo amargurado, não há notícia de nenhuma Frente Federalista reclamando — com base na vontade popular inequivocamente expressa — a independência dos Açores.

O que há hoje são outros jogos que de quixotismo inofensivo nada têm. E aí estão MAPA e quejandos a prová-lo. Se Silveira pretende demonstrar que não há um separatismo (reaccionário e ligado a manobras imperialistas), mas outro, de raiz progressista, a realidade hoje tem pouco que ver com os seus sonhos românticos.

A realidade histórica, aqui e agora, é uma coisa. Os projectos saudosistas sem nenhuma base material de apoio, são outra, completamente diferente.

Posto isto, resta o problema da autonomia regional, da descentralização administrativa e da constituição de poderes locais efectivamente representativos dos interesses de classe do povo trabalhador no sentido de que a resolução dos problemas de cada área não dependa de um poder central hipertrofiado e desligado das realidades de cada zona. Mas esta questão não se põe apenas em relação aos Açores ou à Madeira. É uma questão que diz respeito a todo o País — ao Algarve, a Trás-os-Montes, ao Minho, às Beiras...

A não ser que as ilhas, apenas por o serem, adquiram por isso a condição de nações. Será então que o complexo da insularidade se terá de transformar num complexo de nacionalidade?... Não será chauvinismo insularista excessivo?

Finalmente: Jorge Galamba não é pseudónimo. É nome próprio. Afinal, quem tem propensões para a novelística policiária?